

EDIÇÃO ESPECIAL

SINDI NEWS

RETROSPECTIVA 2024



Sindifisco
M I N A S G E R A I S



 @sindifisco.mg

 sindifiscomg

 @sindifisco

Acompanhe nossas redes sociais e fique por dentro de tudo o que está acontecendo.

DIRETORIA

Matias Bakir Faria Freitas
Presidente

Fernando César da Cunha Mattos
Diretor de Assuntos Jurídicos

Edmundo Pereira de Araújo Júnior
Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos

José Alexandre Sousa da Silva
Diretor-Tesoureiro

Andréa Maria Melo Coelho
Diretora-Administrativo

Marise Angélica Moreira Elerati
Suplente de Diretora-Administrativo

Newton Flávio Silva de Oliveira
Diretor de Formação Sindical e de Relações Intersindicais

Márcio Barbosa dos Reis
Suplente de Diretor de Formação Sindical e de Relações Intersindicais

Marcos Ferreira de Carvalho
Diretor de Aposentados e Pensionistas

Edir da Silva Martins
Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas

SINDINEWS é uma publicação eletrônica do Sindifisco-MG

Diretor responsável:
Newton Flávio de Oliveira

Coordenadora de Comunicação:
Viviane de Lacerda

Textos:
Marcela de Souza /
Alexandre Magalhães

Diagramação:
Eduardo Silas

Fotos:
Hayama Thayná /
Guilherme Borges

Sumário

+ 06

**ESTRATÉGICOS
E COMBATIVOS**

+ 08

**AUDITORES FISCAIS
DÃO EXEMPLO**

+ 09

**SINDIFISCO-MG
34 ANOS**

+ 11

**ENCONTROS
REGIONAIS**

+ 17

**ATUAÇÃO
FORTALECIDA**

+ 22

**TALENTOS
DO FISCO**

Colegas auditores e auditoras fiscais,

Ao nos aproximarmos do encerramento de mais um ano, é momento de olhar para trás e refletir sobre o caminho que percorremos em 2024.

Este foi um ano de muitos desafios, mas também de conquistas e, acima de tudo, de reafirmação do espírito de luta que nos caracteriza como categoria.

A retomada das ações e movimentos de interesse da nossa classe foi marcante. Juntos, fortalecemos nossas pautas e conseguimos avanços significativos.

Cada mobilização, cada reunião, cada debate mostrou o quanto somos fortes quando atuamos de forma unida e determinada.

As vitórias que alcançamos são fruto da dedicação de cada um e do trabalho coletivo. Elas não são apenas conquistas materiais ou institucionais, mas também símbolos da força e da resiliência da nossa categoria. No entanto, sabemos

que o cenário sindical exige atenção constante e, principalmente, continuidade na luta. É fundamental mantermos aceso o espírito combativo que tem sido nossa marca ao longo dos anos. Teremos muitas batalhas pela frente.

Que o Natal nos traga um momento de renovação, paz e esperança. Que em 2025 possamos continuar firmes, unidos e engajados nas batalhas que ainda estão por vir, sempre em busca do fortalecimento da nossa carreira e da valorização de cada colega.

Desejo a todos um Natal de muita luz e um Ano Novo repleto de união, conquistas e novas vitórias. Que nunca nos falte coragem, determinação e solidariedade.

Um abraço fraterno,

Newton Flávio Silva de Oliveira

*Diretor de Formação Sindical e
Relações Intersindicais*



Estratégicos e combativos

Em 12 de dezembro, completaram-se 12 meses do atual mandato sindical. Em síntese, a despeito das dificuldades com as quais lidamos, temos motivos para avaliar positivamente este primeiro ano.

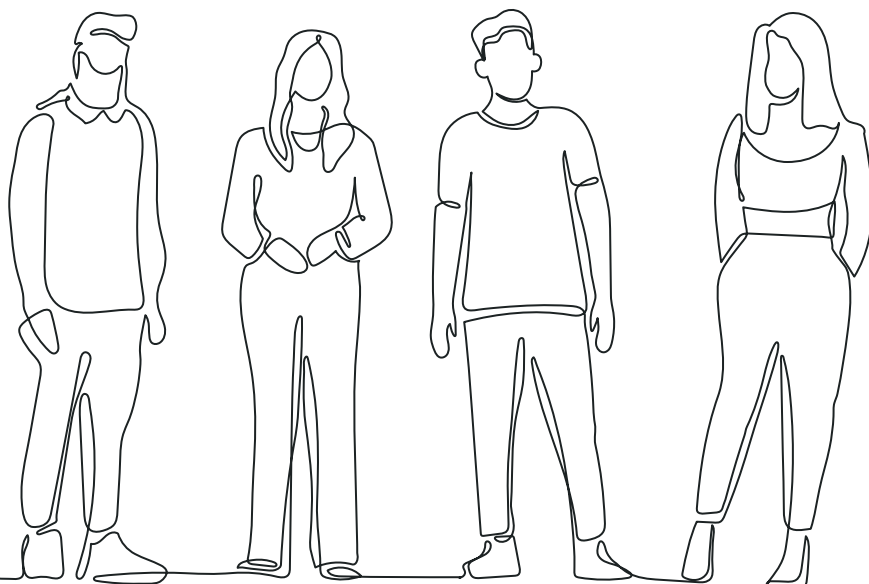
Os colegas não de se lembrar que, semanas após a posse, fomos surpreendidos pela determinação da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) de impor à Receita estadual metas de arrecadação insensatas, que nos levaram a deflagrar uma primeira campanha de mídia, a que denominamos “nova derrama”.

E, graças à intensa mobilização que se seguiu, que deu origem a duas iniciativas distintas – o “Fórum de Representantes”, que passou a se reunir semanalmente, de forma virtual, e o “Café com Envolvimento”, como foram chamadas as reuniões presenciais realizadas nas unidades da SEF –, foi possível reverter a pretensão da Seplag.

Paralelamente, pusemos no ar uma campanha de valorização da categoria fiscal, que há muito era reivindicada pela categoria.

Superada a “pauta negativa”, pudemos, então, nos concentrar em nossa “pauta positiva”, com o intuito de ampliar o limite da Gepi, aprovar a migração de seis mil pontos para a remuneração básica e estender o direito ao teletrabalho para aqueles que se encontram em estágio probatório.

E, para isso, enquanto mantivemos o contato com o “Fórum de Representantes”, propusemos à categoria realizar semanalmente o “Momento Galpes” e aderimos a um coletivo de entidades representativas dos servidores – ao qual foi dado o nome “Lidera Teletrabalho” – para nos opor à insistência do Governo Zema em ampliar de dois para três dias semanais a presença física dos auditores



fiscais nas unidades, sem qualquer ato normativo que regule o tema ou justificativa plausível, tendo em vista o fato de, no que diz respeito especificamente à SEF, balanço recente ter apontado um crescimento expressivo da arrecadação do Estado, prova de que a produtividade não foi em momento nenhum afetada pelo trabalho em home-office.

Com a aproximação do fim do calendário legislativo, vimos nossa capacidade de articulação ser recompensada pela aprovação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), da emenda que ampliou o limite da Gepi, vitória que nos estimula a seguir adiante. A luta agora é pela sanção do governador e o Sindifisco-MG está atuando em todas as frentes possíveis para que a questão tenha um desfecho positivo.

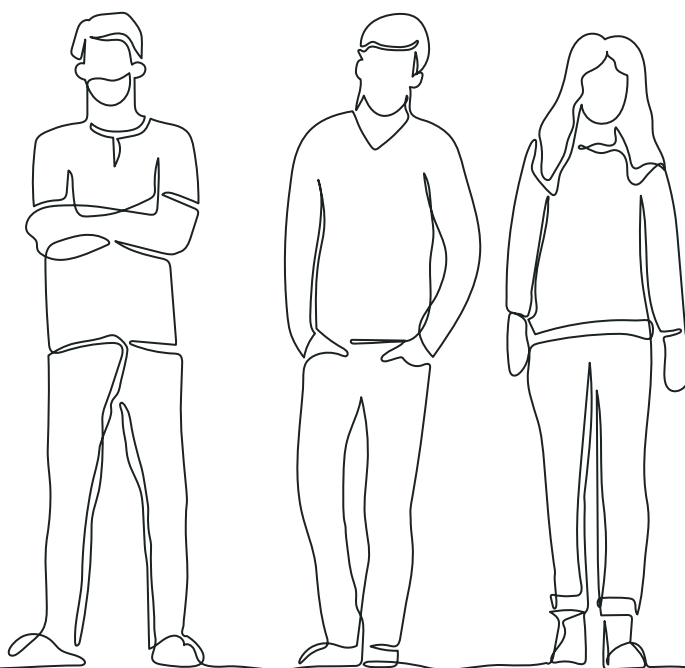
A lamentar, a aprovação pela ALMG dos artigos 30 a 38 do Projeto de Lei 2.534/24 que, ao autorizar a criação de um novo cargo na

Secretaria de Fazenda, abriu caminho para autêntico “trem da alegria”, ao qual nos oporemos firmemente por meio das alternativas jurídicas de que dispomos. A proposta também está nas mãos do governador e o Sindifisco-MG está empenhando todos os esforços possíveis pelo veto.

Neste primeiro ano, buscamos ser estratégicos e cirúrgicos em nossas ações, ao mesmo tempo em que não abrimos mão de travar o bom combate quando este se fez necessário.

Para o segundo e último ano de mandato, esperamos continuar contando com o apoio da categoria para dar sequência à luta em favor das reivindicações que ainda temos a conquistar.

Boa leitura.



Audidores fiscais dão exemplo e apontam o rumo para 2025

Seria incoerente que uma categoria cuja dedicação resultou em um aumento de 13% na arrecadação do Estado em 2024 iniciasse um novo ano sob a ameaça concreta de ter seu poder aquisitivo comprometido.

Foi essa a sinalização dada pelo Sindifisco-MG para que os Auditores Fiscais da Receita Estadual se mobilizassem durante duas semanas até que fosse aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a ampliação do limite da Gepi, um dos itens da chamada pauta positiva da categoria, que abrirá espaço para que a remuneração seja corrigida em 2025.

“Os auditores fiscais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente os recém-nomeados, deram um exemplo aos colegas de todo o Estado por terem se mantido persistentes até o momento da aprovação da ampliação do teto da Gepi da ALMG”, enfatiza o presidente do Sindifisco-MG, Matias Bakir, que, naqueles dias, ao lado de outras lideranças sindicais, se manteve em contato perma-

nente com membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG para influenciar o voto favorável à reivindicação dos auditores fiscais.

Como se sabe, junto com a ampliação do limite da Gepi foi aprovada também a criação de um novo cargo na Secretaria de Fazenda – Auditor de Finanças e Controle, que alçará gestores fazendários à nova função, sem que tenham sido aprovados em concurso para tanto, expediente inconstitucional contra o qual os auditores fiscais da RMBH voltaram a se insurgir dias depois, ao realizarem uma manifestação expressiva na Cidade Administrativa, na tentativa de alertar a alta administração da SEF para a importância de intervir em favor do veto do governador Romeu Zema ao dispositivo.

“Esses dois exemplos mais recentes de mobilização foram importantíssimos para sinalizar a direção que deveremos seguir em 2025. Conquistas dependem de luta e a categoria mostrou que o caminho é esse”, afirma o presidente do Sindifisco-MG.



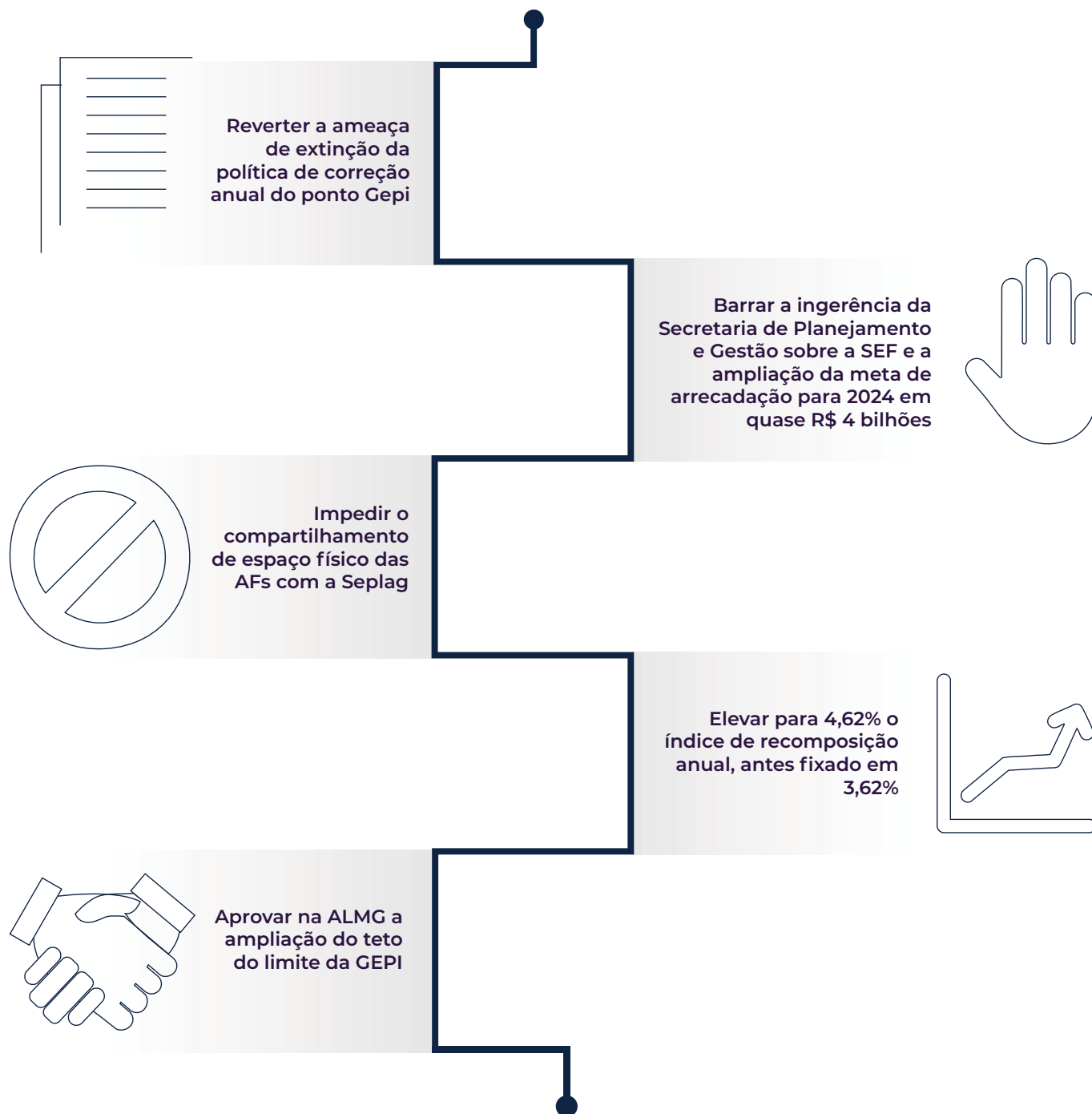
Sindifisco
M I N A S G E R A I S

34
ANOS

34 ANOS DO SINDIFISCO-MG
NOSSO RECONHECIMENTO AO
PAPEL DE CADA AUDITOR

Em 12 de dezembro, o Sindifisco-MG completou 34 anos, período marcado pelo diálogo franco e permanente com a base e pelo incentivo à união e à participação dos auditores fiscais nas lutas levadas adiante pela entidade.

Em 2024, a luta conjunta conseguiu:



O Sindifisco-MG reconhece e valoriza o papel da categoria nesses resultados. Sigamos adiante.

Fisco em cena

REFORMA TRIBUTÁRIA

ENCONTROS REGIONAIS PREPARARAM AUDITORES PARA MUDANÇAS

Os auditores fiscais terão participação direta no processo de transição para o novo modelo tributário a ser adotado no país. Afinal, são eles que na prática vão operar as mudanças. Para isso, precisam conhecer a fundo o que virá pela frente.

Com o objetivo de preparar a categoria para assumir o papel de sujeito ativo durante o processo de regulamentação da reforma e após a entrada em vigor das novas regras, o Sindifisco-MG concebeu o

Encontro Regional da Reforma Tributária, evento itinerante que, em 2024, percorreu as regionais de Juiz de Fora, Poços de Caldas, Belo Horizonte e Uberlândia.

Ao todo, quase 1.000 auditores fiscais participaram dos quatro encontros realizados. A iniciativa de capacitar a categoria tem sido amplamente elogiada por todos os que estiveram presentes, que fizeram questão de destacar a importância da iniciativa.



“As apresentações foram esclarecedoras e relevantes, mostrando para a audiência o quanto é preciso estar atento aos temas discutidos no Congresso, para evitar o enfraquecimento do Fisco e, por consequência, da Administração Tributária como um todo, o que só traria fragilidade ao processo arrecadatório. E será um tema para discussão por muitos anos, pois há muito que ser aprimorado e vigiado”.

Luiz Fernando da Silva Paes

Superintendente Regional da Fazenda em Juiz de Fora

“O evento contribuiu de forma significativa, para que todos os operadores do direito tributário, especialmente os colegas auditores, assimilem as principais mudanças pelas quais todos passaremos com a reforma tributária. Também favoreceu a compreensão dos riscos e oportunidades que uma mudança normativa de tal amplitude e complexidade trará para a carreira da Auditoria Fiscal. Iniciativas como essa, de compartilhamento de conhecimentos, podem e devem ser incentivadas e patrocinadas pelo Sindifisco, que está de parabéns pelo evento”.


Esly Winder Ribas Rocha

Superintendente Regional da Fazenda em Uberlândia

“A reforma tributária vai impactar a vida de toda a sociedade brasileira. Espera-se que ela traga, no mínimo, simplificação, transparência, redução do custo de conformidade, fomento ao desenvolvimento e redução da sonegação e litígios. Se por um lado o que se avizinha são benefícios necessários, por outro, devemos estar atentos às alterações das competências e à autonomia de atuação da Administração Tributária. Será um novo modelo, nunca testado, e de gestão compartilhada entre estados e municípios. O Sindifisco-MG está de parabéns pela realização dos encontros”.

Gustavo Antônio dos Santos


Superintendente Regional da Fazenda em Uberaba




“Tenho participado ativamente da reforma e foi muito importante dizer para as pessoas que ela é muito boa para os contribuintes, mas está muito complicada para nós, da Administração Tributária. É preciso refletir muito qual será o papel do Fisco num ambiente centralizado, coordenado pelo Comitê Gestor. Acho importantíssima a atuação do Sindifisco-MG em colocar o pessoal para pensar. É preciso participar para ver como é que vai ficar no futuro. É o futuro da categoria, da fiscalização, que está em jogo, então, todos temos que discutir e apresentar sugestões”.

René de Oliveira e Souza Júnior
Secretário de Fazenda do Pará

“O Sindifisco-MG está de parabéns pela iniciativa de promover o ciclo de palestras e debates sobre a regulamentação da Emenda 132 – Reforma Tributária, ao propiciar a seus filiados e a outras lideranças da sociedade mineira uma conversa direta com seus diretores, diretores da Fenafisco e lideranças de outras entidades do Fisco que atuaram diretamente no debate legislativo na Câmara para construção dos textos dos PLPs 68/24 e 108/24. Foi sem dúvida enriquecedor”.



Celso Malhani
Diretor da Fenafisco



“A reforma tributária é um dos temas mais relevantes para o futuro do Brasil e é essencial que os Auditores Fiscais estejam no centro desse debate. O Encontro Regional da Reforma Tributária foi uma iniciativa exemplar, que reforçou a importância de discutirmos propostas de forma técnica, equilibrada e com foco na justiça fiscal. Eventos como esse permitem que nossa categoria compartilhe conhecimentos, alinhe estratégias e reforce seu protagonismo na construção de um sistema tributário mais eficiente e menos desigual. Parabenizo o Sindifisco-MG pela iniciativa e reitero meu compromisso de seguir colaborando para que essas discussões avancem e resultem em mudanças positivas para o país”.

Rodrigo Spada
Presidente da Febrafite e da Afresp

“Foi uma honra participar das etapas em Belo Horizonte e Poços de Caldas. Meu desejo era ter acompanhado todos esses importantes debates, mas alguns compromissos previamente agendados, em nome da Affemg, impossibilitaram essa plena participação. Considero a iniciativa do Sindifisco-MG de fundamental importância neste momento de grande transformação da tributação brasileira”.


Sara Costa Felix
Diretora-presidente da Affemg

“Representando a Regional Affemg Paranaíba, tivemos a oportunidade de participar do Encontro Regional da Reforma Tributária em Uberlândia. Louvamos a iniciativa do Sindifisco-MG por propiciar eventos como esse, pois, apesar da importância e das enormes implicações que a reforma trará para a Administração Tributária, percebemos que alguns colegas ainda não conseguem compreender a magnitude da mudança, sobretudo quanto à perda da autonomia dos entes federativos e também quanto ao modo de atuação dos Fiscos estaduais e municipais, que passa a ser compartilhado! Daí a relevância do evento”.

Luís Eduardo Carmona Fernandes
Diretor Regional da Affemg Paranaíba

“Eventos como o Encontro Regional da Reforma Tributária, realizado pelo Sindifisco-MG, são fundamentais para o futuro dos Fiscos estaduais. A troca de conhecimentos foi intensa, por meio de palestras muito informativas, que ajudaram a despertar nos colegas a necessidade de dar atenção à regulamentação. Fico muito feliz e honrado de poder participar desse evento e ajudar a explicitar os desafios que enfrentaremos na defesa das nossas categorias e do próprio Fisco face às pressões e lobbies que marcam a tramitação da reforma. Sigamos atentos e energizados para enfrentar as lutas que se avizinham, em âmbito local e regional”.

Bruno Carvalho
Diretor licenciado do Sindicato dos Auditores Fiscais da Fazenda do Estado do Piauí (Sinaffepi)




“Tive o privilégio de participar do encontro realizado em Poços de Caldas, que se mostrou extremamente oportuno. Essa discussão não poderia ser mais pertinente, dada a relevância do tema para o futuro da arrecadação e da justiça fiscal no Brasil. Para nós, Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais, é essencial estarmos bem informados sobre as mudanças em curso. Somente assim poderemos, por meio de nossas entidades representativas, contribuir de forma efetiva para o diálogo com deputados e senadores, buscando promover as alterações necessárias para fortalecer as Administrações Tributárias e valorizar o papel dos Auditores Fiscais como agentes fundamentais na realização da Justiça Fiscal”.

Flávio Cheberle

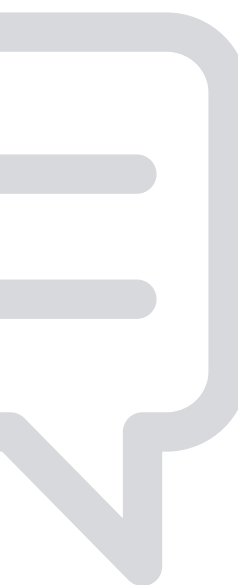
Auditor Fiscal da DF Pouso Alegre, lotado na DOLT/SUTRI

“A realização de um encontro sobre a reforma tributária voltado para os auditores fiscais de Minas Gerais foi de extrema importância para nossa carreira e é necessário que outros tantos com o mesmo tema ocorram. A reforma tributária tem o potencial de transformar a estrutura fiscal, simplificando o sistema de impostos, promovendo maior efetividade fiscal e incentivando um ambiente de negócios mais competitivo. Essas transformações terão impacto direto em nosso trabalho e dia a dia, sendo de suma importância que o Sindifisco-MG, como representante da carreira, viabilize a atualização dos auditores das mudanças que virão”.



Michelly Reis dos Santos

Auditora Fiscal da DF BH 4



“O Encontro Regional da Reforma Tributária SRFs Uberaba e Uberlândia foi de suma importância não só para a categoria fiscal, mas também para os demais representantes das entidades presentes, como contabilistas, OAB etc. Importantíssima e necessária se faz a participação e o engajamento de toda a classe fiscal, ativos e aposentados, pois somente conhecendo a reforma, se inteirando de seus conteúdos, alterações, funcionamento, e sabendo quais os impactos e desafios terão que ser enfrentados a curto e longo prazo pela Administração Tributária, é que o Auditor Fiscal poderá sugerir mudanças e propor possíveis alterações, de forma a assegurar legalmente a manutenção de suas atribuições e competências, bem como provar sua importância funcional perante a administração e a sociedade”.

Siúse de Fátima Oliveira

Auditora Fiscal da DF Uberlândia

“A OAB Uberlândia se sente honrada em ter participado deste importante evento, que representou uma oportunidade ímpar para que os advogados e as advogadas pudessem conhecer, debater e tirar dúvidas sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 132, que instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo. Agora, é nossa responsabilidade, como representantes da advocacia, promover e incentivar o debate para aprofundar nosso conhecimento e contribuir para que consigamos uma reforma tributária que atenda às necessidades dos contribuintes e promova a justiça fiscal”.

José Eduardo Batista

Diretor presidente da OAB/MG – 13ª Subseção Uberlândia

“A iniciativa do Sindifisco-MG em promover estes encontros entre auditores fiscais e contadores para debater a reforma tributária é essencial e merece todo o reconhecimento. Tais discussões não apenas fortalecem a classe contábil, mas também ampliam a compreensão técnica e estratégica sobre as mudanças que impactarão diretamente o ambiente de negócios. Enquanto contadores, estamos na linha de frente da implementação das novas normas”.

Andréa Mara de Moraes Carvalho

Delegada representante do Conselho Regional de Contabilidade em Uberaba

“Meu agradecimento ao Sindifisco-MG por proporcionar aos profissionais e autoridades presentes no evento momentos de troca de conhecimento e atualização acerca da reforma tributária, tema de extrema relevância para os profissionais da área contábil e para a sociedade como um todo”.

Renato Guimarães Alves

Delegado representante do Conselho Regional de Contabilidade em Uberlândia

COLETIVOS FORTALECEM ATUAÇÃO DA ENTIDADE

Uma das iniciativas mais importantes da atual gestão do Sindifisco-MG foi a criação de quatro grupos de estudo voltados para a discussão de temas relevantes não apenas para o Fisco, como para a sociedade: o Núcleo de Estudos Econômicos e Tributários, o Núcleo de Estudos para a Promoção da Auditoria da Dívida (Nepad), o Grupo de Trabalho da Loat e o Grupo de Trabalho do Código de Ética da categoria fiscal. Os estudos realizados pelos grupos já têm produzido resultados e fornecido importantes subsídios para as lutas da categoria.

OBSERVATÓRIO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E TRIBUTÁRIOS PACTO FEDERATIVO EM XEQUE

Criado pela atual gestão do Sindifisco-MG, o Observatório de Estudos Econômicos e Tributários tem se dedicado a observar a situação fiscal de Minas como um todo, para esmiuçar as razões que levaram ao arrocho salarial enfrentado atualmente pelos servidores e à queda nos investimentos realizados pelo Estado.

Para isso, três fatores principais têm sido considerados: a renegociação da dívida de Minas, em 1998, que impôs ao Estado uma carga insuportavelmente elevada e violentou o Pacto Federativo celebrado pela Constituição Federal de 1988; a Lei Kandir, que tem drenado recursos essenciais ao orçamento de Minas Gerais; e as recentes alterações (2017/2018) no cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), que, ao reduzirem seu montante, levaram ao limite o percentual de gastos do Executivo com pessoal – motivo alegado pelo governo para não recompor os salários em sua totalidade, a despeito do crescimento extraordinário da arrecadação.

Ainda assim, um estudo produzido no primeiro semestre deste ano pelo Observatório, denominado Avaliação da Eficiência Fiscal, resultou na ampliação de um ponto percentual do reajuste concedido ao funcionalismo mineiro, por ter demonstrado um crescimento da receita de ICMS/PIB

superior em Minas quando comparado à média nacional e à maioria dos outros estados.

Também partiu do Observatório a mensuração da queda/desaceleração em valores constantes pelo IPCA da arrecadação nos meses de março, abril e maio, período em que os AFREs foram forçados a realizar uma operação padrão para resistir à tentativa da Seplag de interferir no trabalho da Fazenda. Naquele período, mesmo com o crescimento da receita, a arrecadação desacelerou, o que forçou o recuo.

Mais recentemente, o Observatório tem se dedicado a um estudo que vai apontar qual deveria ser a alíquota média do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) criado pela reforma tributária, de modo que o montante arrecadado atualmente não seja reduzido – um dos propósitos do modelo a ser adotado.

“A princípio, esse estudo tem como base Minas Gerais. E já estamos buscando informações junto aos órgãos competentes para mensurar como ficará nos municípios”, informa o coordenador do colegiado, o economista Francisco Diniz.

CHAPÉU ALHEIO

Atualmente, o Observatório também está apurando as perdas dos demais estados exportadores de produtos primários e semielaborados – que, a propósito, respondem por 65% das exportações brasileiras – para mostrar que estes entes federativos não são “perdulários” como se comenta; ao contrário disso, têm feito o máximo para se manter de pé, ao passo que a União, após a extinção do recolhimento de ICMS sobre essas commodities, grosso modo, passou a cobrar das empresas a Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL), que não é compartilhada com os estados, principalmente os exportadores – outro exemplo de violência cometida contra o Pacto Federativo.

EFEITO DA MIGRAÇÃO DA GEPI

Atualmente, o Observatório também tem se debruçado sobre o real impacto da migração de seis mil pontos Gepi para o vencimento básico dos AFREs. “Estamos estudando balanços de execução orçamentária do Estado à luz da recente alteração na forma de apuração do comprometimento da Receita Corrente Líquida com o gasto de pessoal”, diz o coordenador do coletivo, Francisco Diniz.

“Ter os números na ponta do lápis é essencial para que a diretoria do Sindifisco-MG tenha elementos consistentes para defender a migração”, acrescenta o economista.

NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA COLETIVO BUSCA EXPLICAÇÕES PARA A EXPLOSÃO DA DÍVIDA DE MINAS

Criado por iniciativa do Sindifisco-MG, com o intuito de investigar indícios de ilegalidades e ilegitimidades que alçaram a dívida de Minas junto à União a um montante próximo de R\$ 170 bilhões, o Núcleo de Estudos para a Promoção da Auditoria da Dívida (Nepad) tem se dedicado a levantar contratos, aditivos e planilhas de desembolsos emitidas após a assinatura do acordo de renegociação firmado em 1998.

“Já produzimos um estudo preliminar e estamos concluindo um relatório executivo consolidado que aponta três linhas principais para o aprofundamento que pretendemos realizar: natureza e origem da dívida; indexador utilizado para atualização periódica do débito; e taxa de juros”, informa o presidente em exercício do Sindifisco-MG, Matias Bakir, que integra o grupo de trabalho composto também pela Auditoria Cidadã da Dívida

(ACD) e Affemg.

Fato é que, em 1998, o endividamento do Estado alcançava R\$ 14,9 bilhões – R\$ 10,2 bilhões correspondentes a dívida mobiliária e R\$ 4,7 bilhões derivados de passivos dos bancos Bemge, Credireal e MinasCaixa, nunca devidamente esclarecidas, diga-se de passagem. O refinanciamento teve como base a Lei 9.467/97, que deu origem ao Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) e resultou em cortes de investimentos públicos e na adoção do Programa Estadual de Desestatização (PED) e do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público estadual na Atividade Financeira Bancária (PROES), que levaram à alienação de empresas estatais e dos citados bancos. Simultaneamente, o contrato restringiu o acesso de estados e municípios a empréstimos junto a bancos oficiais e proibiu a

emissão de títulos de dívida pelos entes federativos.

Para agravar a situação, a Resolução 44/98 autorizou a cobrança de rendimento nominal composto por atualização monetária baseada na variação do IGP-DI – que, por manter relação estreita com os preços no atacado e com as desvalorizações do real frente ao dólar, costumava apresentar uma taxa de inflação bem maior que os demais índices; para se ter uma ideia, de 1998 a 2012, período no qual o indicador foi utilizado, enquanto o IPCA variou 151,14%, o IGP-DI apontou uma inflação de nada menos que 247,66% –, acrescida de juros reais de 7,5% ao ano – na prática, entretanto, a taxa efetivamente aplicada foi equivalente a 7,763% a.a., que redundou em uma diferença superior a R\$ 2 bilhões.

A partir da assinatura do contrato, Minas passou a comprometer 13% da sua Receita Líquida Real com o pagamento à União. E não tardou para que a dívida crescesse como bola de neve. Ao passo que, em seu artigo 12, a Lei 9.496/1997 também determinou expressamente que o pagamento da dívida dos estados seria automaticamente e integralmente canalizado para o abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional – nada retornando aos entes federados por meio de investimentos.

Posteriormente, foi aprovado o recálculo da

dívida dos estados de acordo com a evolução da Selic até 2012, e, a partir de 2013, aplicou-se o índice IPCA + 4% de juros ao ano. Tal alteração, no entanto, não resolveu o problema, dado que os juros permaneciam elevados e incidiam sobre um estoque excessivamente inflado pelas abusivas condições financeiras pactuadas em 1998.

O resultado é que, desde o refinanciamento até o ano passado, Minas pagou R\$48,7 bilhões de juros e amortizações da dívida renegociada com a União e, ainda assim, a dívida passou de R\$14,9 bilhões para R\$142,6 bilhões. Ou seja, o Estado pagou a dívida mais de três vezes, enquanto o passivo se multiplicou por dez.

Também é necessário registrar o fato de o Governo Zema ter trocado mais de R\$ 135 bilhões em créditos devidos ao Estado em razão da Lei Kandir por meros R\$ 8,7 bilhões parcelados em 18 anos – o que significa dizer que se o devido encontro de contas tivesse sido feito, Minas seria credor e não devedor da União, como ainda é.

Por tudo isso, não é plausível que se imponha ao povo mineiro novos sacrifícios além daqueles que tanto lhe pesaram nas três últimas décadas. Basta de obscurantismo e abuso.

Acompanhe nossas publicações para manter-se atualizado sobre esse importante trabalho.

GRUPO DE TRABALHO DA LOAT

FISCO ASSUME PROTAGONISMO

A aprovação de uma Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT) é considerada uma das mais importantes pautas pelas entidades do Fisco de todo o País, por garantir à categoria fiscal a necessária autonomia funcional, administrativa e orçamentária, trazendo mais segurança ao exercício da função. Não por acaso, há anos o Sindifisco-MG luta pela aprovação da LOAT.

Na gestão 2008/2009, a diretoria da entidade chegou a criar uma comissão específica

para estudo do tema, que elaborou um marco referencial da Lei Orgânica do Fisco. A Comissão LOAT contou com a participação do atual presidente do Sindifisco-MG, Matias Bakir, que sempre defendeu a LOAT como instrumento fundamental para garantir efetivamente ao Fisco, como carreira essencial de Estado, a atribuição de poder de polícia fiscal.

O trabalho foi retomado na atual gestão

sindical, sob a coordenação da diretora Marise Elerati. Tomando como ponto de partida a minuta produzida em 2008 pelo Sindifisco-MG e uma própria proposta elaborada pela Fenafisco, o GT da LOAT se dedicou ao aperfeiçoamento da proposta, esforço que contou com a participação de auditores de várias unidades do estado, que se reuniram em subgrupos de estudo para analisar os conteúdos produzidos e propor sugestões.

A advogada Adriana Schier, que atuou como consultora do Sindifisco-MG em 2008/2009, se reuniu com o atual GT da LOAT e, a pedido da coordenação, reviu a

minuta do texto, cuja versão final foi apresentada ao Conselho Deliberativo da Fenafisco, em outubro.

Marise informa que a proposta a ser encaminhada pela Fenafisco ao Congresso Nacional terá como base o estudo do Sindifisco-MG. “Já há um comando constitucional de que a LOAT deve existir até 2027 e, por isso, percebemos a importância de assumirmos tal protagonismo para que o texto final contemple todos os interesses e necessidades do Fisco. Se não intervirmos, outros atores escreverão uma LOAT no formato que melhor lhes interessar”, adverte Marise.

CÓDIGO DE ÉTICA

UMA ASPIRAÇÃO FINALMENTE CONCRETIZADA

A elaboração de um Código de Ética da categoria fiscal era um sonho antigo, mas sempre adiado em função de demandas emergenciais que requeriam atenção plena da diretoria sindical e dos próprios auditores. Com o incentivo da atual direção sindical, a ideia finalmente ganhou a atenção merecida e deverá se transformar num importante marco para a categoria fiscal mineira.

Por trás da iniciativa estão os conselheiros Maria Teresa Soares, Renato Linhares e Renato Miranda, que, ao se debruçarem sobre o tema, constataram que é quase inexistente a produção de documentos similares no universo sindical. Encerrada a fase de estudos, o Conselho deu início à redação do Código de Ética da categoria fiscal mineira e também do Regimento Interno do Sindifisco-MG, outra demanda importante.

Ambos os documentos foram construídos com a participação da categoria, incentivada a enviar sugestões, da diretoria sindical, que acompanhou todo o processo, e ainda do departamento Jurídico do Sindifisco-MG. “Tudo foi feito com a participação de todos. Isso é importante para que a redação do Código contemple o desejo da categoria”, observa Maria Teresa.

Na próxima reunião do Conselho de Ética, ainda sem data definida, será feita uma leitura final dos dois documentos, um “pente fino” para garantir que o texto final contemple todos os temas fundamentais à proposta. Feito isso, o texto será disponibilizado para a categoria em todas as regionais e, em seguida, levado para aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

OAB/MG

COOPERAÇÃO COM A OAB/MG

Abrimos novos horizontes para parcerias estratégicas e desenvolvimento mútuo por meio do Acordo de Cooperação Técnico-científica da OAB, uma iniciativa que envolve o Sindifisco Minas e Affemg.

Talentos do Fisco

Descoberta pela música



Raquel do Rosário Nicolau

Aprovada no último concurso da SEF fala de sua paixão pelo trompete e dá dicas para quem quer se dedicar a um instrumento

Aos 12 anos, ao participar de um teste de aptidão na igreja que frequenta desde que era criança, Raquel do Rosário Nicolau foi “descoberta pela música”, como costuma dizer.

O gosto arte pela fora descoberto aos seis, nas aulas de balé. “Já naquela época, a música estava presente o tempo todo. Ouvia clássicos e me imaginava num palco dançando ou tocando teclado”, lembra.

Aprovada no exame, ela começou a estudar teoria musical na mesma Assembleia de Deus, quando se aprofundou em conceitos como claves, pentagrama, linhas, espaços, notas musicais, escalas maiores e menores e tonalidades. Em seguida, passou ao solfejo,

para aprender a ler, interpretar e executar partituras musicais. Só depois disso chegou ao trompete.

Aos 14, afastou-se da música por quatro anos, até retornar a ela aos 18, com um novo desafio. “Estava usando aparelho fixo, e o bocal do instrumento me fazia cortar os lábios constantemente. Tive que me adaptar, mas, felizmente, deu certo”.

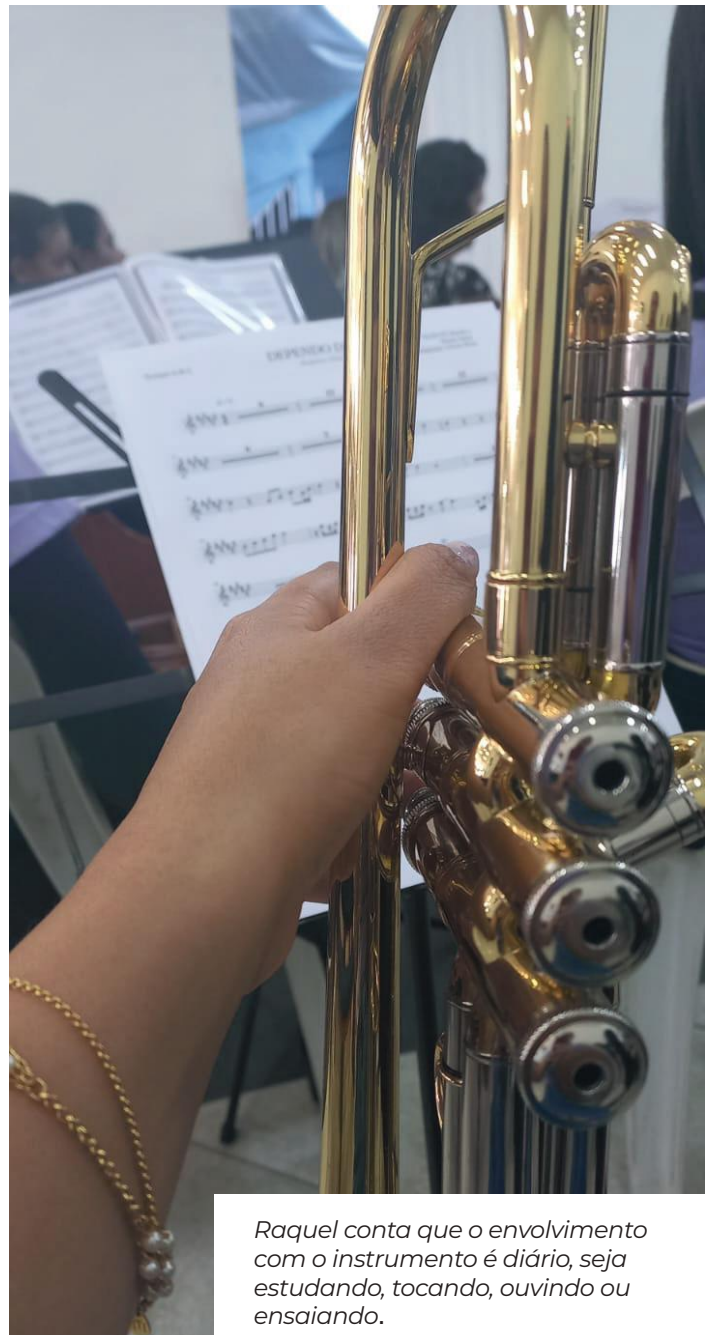
Desde então, ela passou a compor a orquestra da igreja e a se apresentar em casamentos, congressos, encontros de bandas na capital e no interior, além de desfiles cívico-militares. “Todos os anos, desfilo no feriado de 7 de setembro, na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte”.

INGRATO

Atualmente, a música tem sido prioridade para Raquel. “Além de não perder um ensaio, procuro estudar pelo menos três vezes por semana, porque o trompete é ‘ingrato’ – se ficar muito tempo sem tocar, vem um incômodo na musculatura facial”.

A quem tem interesse em se dedicar a um instrumento, ela recomenda dedicação e constância. “Muitas pessoas têm vontade tocar um instrumento musical, mas não persistem e desistem no meio do caminho”. Não por acaso, em 2023, pouco antes de assumir seu posto na DF 2 de Contagem, ela voltou a frequentar aulas de teoria musical, para reciclar-se.

Um “respiro” necessário em um momento de tamanhos desafios para quem acaba de assumir um posto na Secretaria de Fazenda. “O local de trabalho é agradável, os colegas são muito gente boa, mas observo que a carreira atravessa um momento de incerteza”. Que a música cumpra o papel de alimentá-la para os desafios que ainda virão.



Raquel conta que o envolvimento com o instrumento é diário, seja estudando, tocando, ouvindo ou ensaiando.

Galeria de Fotos

POSSE DIRETORIA E NOMEAÇÃO AFRES



Nomeação de novos AFRES_ Bárbara Camila de Oliveira Cardoso



Posse Diretoria do Sindifisco-MG



Nomeação Afres

COLETIVOS QUE FORTALECEM ATUAÇÃO DA ENTIDADE



Fórum de Representantes



Nepad



Acordo Sindifisco, Affemg e OAB



1º Encontro Momento GALPES

FÓRUNS COLETIVOS



CD 21.03



CD 21.03



AGE-AGO 04.04



AGE-AGO 04.04



CD 11.06



CD 11.06



CD 11.06



CD 18.09



CD 18.09



CD 18.09



AGE 19.09



AGE 19.09

ENCONTRO REGIONAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA



Encontro Juiz de Fora



Encontro Juiz de Fora



Encontro Juiz de Fora



Encontro Poços de Caldas



Encontro Poços de Caldas



Encontro Poços de Caldas



Encontro Poços de Caldas



Encontro Poços de Caldas



Encontro Belo Horizonte



Encontro Belo Horizonte



Encontro Belo Horizonte



Encontro Belo Horizonte



Encontro Belo Horizonte



Encontro Belo Horizonte



Encontro Belo Horizonte



Encontro Uberlândia



Encontro Uberlândia



Encontro Uberlândia



Encontro Uberlândia



Encontro Uberlândia



Encontro Uberlândia

ARTICULAÇÃO



Reunião com Gustavo Valadares



Reunião CAMG



Reunião Secretária de Planejamento



Propag



PEC45



Propag_Senador Rodrigo Pacheco



Migração - com dep. Prof. Wendel



Deputado Leonídio Bouças



Deputado federal Samuel Viana



Gustavo Barbosa



FIEMG



Deputado Zé Guilherme



Deputado Estadual Mauro Tramonte



Deputado Zé Guilherme



Reunião AGE



PEC45_2024



Senador Marcelo Castro



Deputado João Magalhães



Deputada federal Greyce Elias



Deputado Professor Wendel Mesquita



Câmara dos Deputados



Deputada estadual Lohanna



Deputado Domingos Sávio



Reunião AGE



Reunião CAMG



Reunião com Subsecretário



Senadora Jussara Lima

MOVIMENTO



Reunião com o Cofin



Mobilização



Poos de Caldas



Pouso Alegre



Varginha



Uberlândia



Sete Lagoas



Montes Claros



Uberaba



Juiz de Fora



Ipatinga



Frutal



Extrema



Contagem



Divinópolis





A light gray world map is centered in the background of the page. The map shows the continents of North America, South America, Europe, Africa, and Asia. The text is overlaid on the map.

Sindifisco

M I N A S G E R A I S